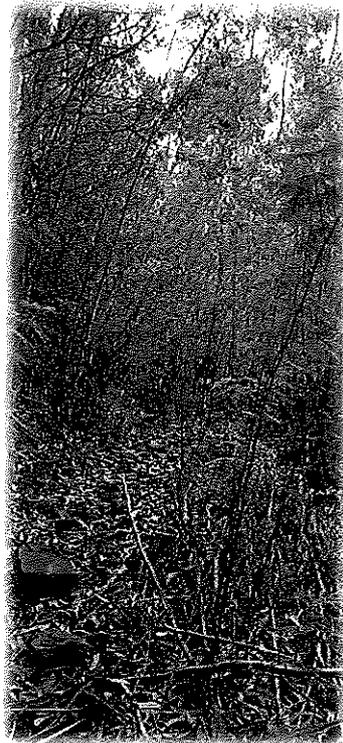


Plano de Gestão Florestal

Baldios de Alfocheira



Índice

A. DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO.....	5
1. ENQUADRAMENTO SOCIAL E TERRITORIAL DO PLANO	5
1.1. Caracterização do Proprietário e da Gestão.....	5
1.1.1. Identificação do Proprietário	5
1.1.2. Identificação do responsável pela gestão.....	5
1.1.3. Identificação do redator do PGF.....	5
1.2. Caracterização Geográfica da Exploração Florestal.....	5
1.2.1. Identificação da exploração florestal e dos prédios que a constituem.....	5
1.2.2. Inserção Administrativa.....	6
1.2.3. Localização da exploração.....	6
2. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA DA PROPRIEDADE	6
2.1. Relevo e Altimetria.....	7
2.2. Clima	8
2.2.1. Temperatura.....	8
2.2.2. Precipitação	9
2.2.3. Ventos dominantes	9
2.2.4. Humidade Relativa do Ar.....	9
2.3. Solo.....	9
2.3.1. Acidez e Alcalinidade.....	9
2.3.2. Tipo de solo	10
2.3.3. Capacidade de Uso do Solo	10
2.4. Fauna, flora e habitats	10
2.5. Pragas, doenças e infestantes.....	11
2.6. Incêndios florestais, cheias e outros riscos naturais.....	11
3. REGIMES LEGAIS ESPECÍFICOS	11
3.1. Restrição de utilidade pública.....	11
3.2. Instrumentos de planeamento florestal.....	12
3.2.1. Plano Regional de Ordenamento Florestal	12
3.2.2. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.....	13
3.2.3. Zona de Intervenção Florestal	13
3.3. Instrumentos de gestão territorial	13
4. CARACTERIZAÇÃO DE RECURSOS	13
4.1. Infra-estruturas florestais.....	13
4.1.1. Rede viária florestal (rvf)	14

4.1.2. Armazéns e outros edifícios associados à gestão	14
4.1.3. Infra-estruturas DFCl	14
4.1.4. Infraestruturas de apoio à gestão cinegética	15
4.1.5. Infraestruturas de Apoio à Silvopastorícia	15
4.1.6. Infra-estruturas de apoio ao recreio e turismo	15
4.2. Caracterização socioeconómica da propriedade	15
4.2.1. Função de produção	15
4.2.2. Função de proteção	16
4.2.3. Função de conservação	16
4.2.4. Função de silvopastorícia, caça e pesca.....	16
4.2.5. Função de enquadramento paisagístico e recreio	16
4.2.6. Evolução histórica da gestão	17
B. MODELO DE EXPLORAÇÃO.....	18
1. CARATERIZAÇÃO E OBJECTIVOS DA EXPLORAÇÃO.....	18
1.1. Caraterização dos recursos	18
1.1.1. Caraterização geral	18
Quadro 8 – Usos do solo na exploração.....	18
1.1.2. Compartimentação da propriedade.....	18
1.1.3. Definição e delimitação das parcelas.....	18
1.1.4. Componente florestal.....	19
1.1.4.1. Caracterização das espécies florestais, habitats e povoamentos	19
1.1.4.2. Caracterização dos povoamentos (descrição parcelar).....	20
1.1.5. Componente DFCl.....	22
1.2. Definição dos objetivos da exploração.....	23
2. ADEQUAÇÃO AO PROF	23
3. PROGRAMAS OPERACIONAIS.....	23
3.1. Zonamento funcional	23
3.2. Programa de gestão da produção lenhosa.....	24
3.3. Programa de gestão do aproveitamento dos recursos não lenhosos e outros serviços associados.....	31
3.4. Programa de infra-estruturas	32
3.5. Operações silvícolas mínimas	33
3.6. Gestão florestal preconizada	33

Índice de Quadros

Quadro 1 – Prédios rústicos da exploração.....	6
Quadro 2 - Declives da área da exploração.....	7
Quadro 3 – Flora existente na exploração.....	10
Quadro 4 – Usos do solo na exploração.....	17
Quadro 5 – Parcelas de intervenção	18
Quadro 6 – Modo de condução de Pinheiro larício	23
Quadro 7 – Modo de condução de pinheiro bravo	24
Quadro 8 – Modo de condução de pinheiro manso	26
Quadro 9 – Modo de condução de castanheiro.....	27
Quadro 10 – Modo de condução de sobreiro.....	28
Quadro 11 – Modo de condução de carvalho alvarinho	29
Quadro 12 – Modo de condução de carvalho cerquinho.....	30
Quadro 13 – Calendarização das ações para a secção 1.....	32
Quadro 14 – Calendarização das ações para a secção 2.....	33
Quadro 15 – Calendarização das ações para a secção 3.....	33
Quadro 16 – Calendarização das ações para a secção 4.....	33
Quadro 17 – Calendarização das ações para a secção 5.....	34
Quadro 18 – Calendarização das ações para a secção 6.....	34
Quadro 19 – Calendarização das ações para a secção 7.....	34
Quadro 20 – Calendarização das ações para a secção 8.....	35

A. DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO

1. ENQUADRAMENTO SOCIAL E TERRITORIAL DO PLANO

1.1. Caracterização do Proprietário e da Gestão

1.1.1. Identificação do Proprietário

É proprietária da exploração a Comunidade Local dos Baldios de Alfocheira, com sede na Rua da Fornea de Cá, 3200-084 Lousã.

1.1.2. Identificação do responsável pela gestão

A responsabilidade de gestão é da Freguesia de Lousã e Vilarinho, com sede no Largo Alexandre Herculano, nº20, 3200-220 Lousã, contato telefónico 239991232 e endereço e-mail geral@jf-lousanevilarinho.pt.

1.1.3. Identificação do redator do PGF

O presente Plano de Gestão Florestal foi elaborado pela Associação Florestal do Pinhal, com sede na Rua General Humberto Delgado, 21, 3200-242 Lousã e telefone 239991563, à responsabilidade da técnica Rita Isabel Simões Rodrigues, Licenciada em Engenharia Florestal.

1.2. Caracterização Geográfica da Exploração Florestal

1.2.1. Identificação da exploração florestal e dos prédios que a constituem

A exploração florestal chama-se Baldio de Alfolheira e possui uma área total de 123,12 ha, sendo constituída pelos prédios que constam no Quadro 1.

Quadro 1 – Prédios rústicos que constituem a exploração.

Matriz	Nome	Área

1.2.2. Inserção Administrativa

O Baldio de Alfocheira localiza-se na NUT II - Centro, NUT III - Região de Coimbra, Concelho da Lousã e União das Freguesias de Lousã e Vilarinho (Mapa de enquadramento geográfico da exploração, Anexo I).

1.2.3. Localização da exploração

A Este da vila da Lousã, a poucos quilómetros do centro, o Baldio da Alfocheira é de fácil acessibilidade, pois é limitado a Sul pela EM236 (Mapa de Localização, Anexo II).

2. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA DA PROPRIEDADE

A caracterização do território é realizada nas suas componentes biofísicas e sócio-económicas. As variáveis biofísicas descrevem características físicas e biológicas do território e determinam a sua potencialidade biofísica para o desenvolvimento de ações de ordenamento. Para além do clima, os fatores físicos mais relevantes para o desenvolvimento e potencialidades de um povoamento são, o declive, a exposição, a rede hidrográfica, a litologia e as propriedades do solo.

As variáveis sócio-económicas descrevem as características sociais e de atividade económica dos agentes que ocupam o território, interagindo com os espaços florestais; sendo responsáveis pela transformação e impacto das ações de ordenamento.

2.1. Relevo e Altimetria

A altitude influencia o clima, assim como a composição do coberto vegetal uma vez que nem todas as espécies arbustivas ou arbóreas conseguem assegurar a sua sobrevivência a elevadas altitudes.

A área em estudo tem uma altitude compreendida entre 380 e 928, localizando-se assim maioritariamente no andar sub-montano (400 a 700 metros), na zona ecológica Subatlântica x Mediterrâneo-Atlântica (SA x MA) e parcialmente no andar montano (700 a 1000 metros), na zona ecológica Subatlântica (SA).

O parâmetro mais importante do relevo é o declive e é uma variável importante quando se pretende avaliar o risco de incêndio de uma determinada região. Declives mais acentuados estão geralmente associados a uma reduzida acessibilidade às manchas florestais, dificultando as ações de manutenção dos povoamentos e o combate dos incêndios florestais.

A área da exploração foi classificada nas cinco classes de declive que se resumem no quadro abaixo e são apresentadas no “Mapa de Declives”, em anexo.

Através da análise do mapa de declives pode-se constatar que os declives que apresentam maiores condicionantes são os dominantes na exploração, visto que mais de 65% da área apresenta um declive superior a 25%.

Quadro 2 – Declives da área da exploração

Classes de declive	Declive (%)	Área (ha)	Área (%)
1	< 5	0,099	0,08
2	5 - 10	1,78	1,45
3	10 - 15	9,79	7,95
4	15 - 25	30,23	24,55
5	>25	81,23	65,97
Total		123,12	100

Exposição

O fator exposição é condicionante do risco de incêndio florestal, uma vez que a quantidade anual de radiação solar incidente em determinada vertente varia com a exposição geográfica. Em virtude disso, a temperatura, a humidade relativa do ar, a velocidade e direção dos ventos locais, o tipo de combustíveis existentes e a própria humidade dos combustíveis também variam.

Assim, os combustíveis das vertentes expostas a Sul e Este, como consequência de uma maior incidência acumulada de radiação solar, têm, de um modo geral, menores teores de humidade, propiciando a propagação dos incêndios. Também registam temperaturas mais elevadas, valores de humidade relativa do ar mais baixas, ventos locais mais intensos e heterogéneos, bem como vegetação mais heliófila do que as vertentes expostas a Norte e Oeste.

A exploração apresenta uma exposição dominante a Sul.

Rede hidrográfica

A área da exploração localiza-se na Bacia Hidrográfica Vouga e Mondego, cujo Rio principal é o Rio Mondego.

Nascem na exploração várias linhas de água que desaguam na Ribeira de São João, afluente do Rio Arouce.

2.2. Clima

Apesar de só estarem disponíveis valores médios para estes parâmetros, estes dados são de grande importância para o planeamento das intervenções de ordenamento, nomeadamente ao permitirem determinar o leque de espécies possíveis de utilizar na região, prever o risco de erosão, o risco de incêndio florestal e estabelecer medidas para a sua mitigação.

2.2.1. Temperatura

O concelho da Lousã apresenta um clima com características mediterrânicas, a temperatura média anual é de 15,5°C, o mês mais quente é julho e janeiro é o mês mais frio e único em que a temperatura média mensal desce abaixo dos 10°C.

2.2.2. Precipitação

No que respeita ao ritmo pluviométrico, este não se apresenta contínuo, evidenciando uma clara variabilidade estacional. Cerca de 60% das chuvas cai entre outubro e fevereiro, observando-se a existência de uma estação seca com a duração de dois meses (julho e agosto), característica que denuncia a influência mediterrânea. Nos meses de julho e agosto, os valores de precipitação não ultrapassam os 15 mm. A precipitação média anual é de 905,1 mm, variando entre 126,8 mm no mês de dezembro e 12,8 mm no mês de julho.

2.2.3. Ventos dominantes

No concelho da Lousã e por conseguinte, na exploração, o vento apresenta um rumo dominante a NW, seguido de SE. A velocidade média por rumo varia entre os 6,2Km/h a SE e NWe os 5,3Km/h a NE e E.

2.2.4. Humidade Relativa do Ar

A sua posição geográfica, no Centro de Portugal, e as características orográficas da região fazem com que o concelho seja atingido pelas massas de ar atlânticas carregadas de humidade. O ar ao subir arrefece e aumenta a humidade relativa, de modo que, mesmo durante o Verão, a humidade média mensal é superior a 70% às 9 horas, atingindo valores superiores a 80% durante o Inverno, nos meses mais quentes a humidade relativa pode descer abaixo dos 30% quando associada a ventos do quadrante leste e temperaturas acima dos 30°C.

2.3. Solo

2.3.1. Acidez e Alcalinidade

Os solos são predominantemente ácidos, apresentando um pH a variar entre 4.6 e 5.5.

2.3.2. Tipo de solo

O solo existente na área em estudo é composto essencialmente por formações sedimentares e metamórficas do câmbrio ao pré – câmbrio estando presentes xistos, grauvaques (Complexo xisto-grauváquico). Tratam-se de Cambissolos Húmicos compostos por Xistos.

2.3.3. Capacidade de Uso do Solo

O Solo apresenta uma capacidade de uso Não Agrícola (florestal), traduzindo assim a elevada aptidão florestal da área.

2.4. Fauna, flora e habitats

A flora existente na exploração relevante para a gestão florestal é a descrita no quadro 3.

Quadro 3 – Flora existente na exploração

Espécies arbóreas	
Nome comum	Nome científico
Pinheiro bravo	<i>Pinus pinaster</i> Aiton
Pinheiro larício	<i>Pinus nigra</i>
Eucalipto	<i>Eucalyptus globulus</i> Labill
Sobreiro	<i>Quercus suber</i> L.
Mimosa	<i>Acacia dealbata</i> Link
Carvalhos	<i>Quercus spp.</i>

Espécies arbustivas	
Nome comum	Nome científico
Giesta	<i>Cistus vulgaris</i>
Feto	<i>Pteridium spp.</i>
Tojo	<i>Ulex europaeus</i> L.
Carqueja	<i>Pterospartum tridentatum</i> (L.) Willk
Urzes	<i>Erica spp.</i>
Medronho	<i>Arbutos unedo</i> L.

A exploração localiza-se em plena Serra da Lousã, inserindo-se em área de Rede Natura 2000.

É abrangida por duas zonas de caça, a Zona de Caça Nacional da Serra da Lousã, sob gestão do ICNF, que abrange 87.5ha da exploração e a Zona de Caça Municipal da Lousã (Processo n.º 7617 – ICNF), cuja gestão é da LOUZANCAÇA-UNIÃO DE CAÇADORES E PESCADORES DA LOUSÃ – UCPL e abrange cerca de 27.8ha, na exploração.

As espécies cinegéticas das quais é espectável impactes apreciáveis na gestão florestal são o javali (*Sus scrofa* L.), o veado (*Cervus elaphus*), o corso (*Capreolus capreolus*) e o coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*), sendo qualquer um deles observável com relativa frequência.

2.5. Pragas, doenças e infestantes

A existência de espécies invasoras lenhosas é o grande ónus da exploração uma vez que estas se encontram dispersas por toda a área e de forma dominante.

Não se verifica a presença de praga ou doenças.

2.6. Incêndios florestais, cheias e outros riscos naturais

A exploração encontra-se, segundo o “Mapa de Risco de Incêndio Florestal” (Anexo IV), predominantemente classificada como uma zona de muito baixo risco de incêndio.

Não se identifica como uma zona crítica e nos últimos 10 anos não se verificou na exploração a ocorrência de qualquer incêndio.

3. REGIMES LEGAIS ESPECÍFICOS

3.1. Restrição de utilidade pública

A área em estudo encontra-se submetida a Regime Florestal, localiza-se em Rede Natura 2000, e não é Reserva Agrícola Nacional (RAN). Analisado o “Extrato da Planta de Condicionantes do PDM”, que constitui o Anexo V, podemos verificar que apenas uma pequena área da exploração não se encontra em Reserva Ecológica Nacional (REN).

3.2. Instrumentos de planeamento florestal

3.2.1. Plano Regional de Ordenamento Florestal

A área da exploração encontra-se inserida no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF CL), o qual estabelece as normas de intervenção sobre a ocupação e a utilização dos espaços florestais, de modo a fomentar e garantir uma gestão e desenvolvimento sustentados da floresta. Este é alcançado através das funções de produção, conservação de habitats, fauna e flora; recreio e enquadramento e estética da paisagem; proteção do solo e dos recursos hídricos; silvo-pastorícia, caça e pesca nas águas interiores.

A exploração localiza-se na sub-região homogénea Lousã e Açor, a qual apresenta um elevado potencial para a produção lenhosa de diversas espécies arbóreas, tendo os espaços florestais as seguintes funções:

1ª função: Produção;

2ª função: Proteção;

3ª função: Silvo pastorícia, caça e pesca em águas interiores.

Com as intervenções preconizadas neste plano contribui-se para o cumprimento dos objetivos da região de aumentar o rendimento potencial da exploração florestal, diminuir a perigosidade de incêndio florestal, contribuir para a conservação do solo e da água, contribuir para a conservação da natureza e da biodiversidade, promover sistemas florestais articulados com o ordenamento cinegético e silvopastoril e promover a utilização turística dos espaços florestais.

Contribui-se também para os objetivos específicos da sub-região homogénea de aumento do rendimento potencial pela seleção de espécies com boa aptidão produtiva e, em igualdade de outros fatores, menos suscetíveis ao fogo, ajustáveis aos objetivos de conservação da Rede Natura 2000 e valorizadoras da paisagem tradicional da SRH; diminuição da perigosidade pelo aumento da fração dos sistemas e espécies florestais com menor suscetibilidade ao fogo; conservação do solo pela aplicação sistemática das normas de conservação do solo e da água na instalação e gestão de povoamentos e na gestão dos sistemas florestais; e conservação da natureza pela promoção da diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar e promoção da diminuição do risco de destruição de habitats e espécies classificadas e destruição maciça de habitat.

3.2.2. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

A área da exploração é na totalidade no concelho da Lousã pelo que se deve ter em conta o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho da Lousã.

3.2.3. Zona de Intervenção Florestal

A exploração não se encontra inserida em Zona de Intervenção Florestal.

3.3. Instrumentos de gestão territorial

O Plano Diretor Municipal (PDM) é um instrumento de planeamento/ordenamento territorial de natureza regulamentar, cuja elaboração é obrigatória e da responsabilidade do Município. O PDM estabelece as regras para utilização, ocupação e transformação do uso do solo em todo o território de um concelho.

Segundo a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM) do Concelho da Lousã, e como se pode verificar no extrato que constitui o anexo VI, a área em estudo encontra-se classificada como “Áreas Florestais de Conservação”.

Conforme o n.º 1 do art.º 38 do Plano Diretor Municipal da Lousã “nas áreas florestais de conservação deve privilegiar-se a manutenção do coberto vegetal, valorizando os modelos de silvicultura direcionados para a proteção e recuperação do equilíbrio ecológico, a proteção da rede hidrográfica e o controlo da erosão dos solos”.

4. CARACTERIZAÇÃO DE RECURSOS

4.1. Infra-estruturas florestais

A rede viária florestal é constituída por todas as vias que servem de acesso a estas áreas florestais, ou seja, por redes públicas e por caminhos e estradões florestais criando, assim, zonas de descontinuidade horizontal da vegetação, sendo imprescindíveis para travar o avanço de incêndios florestais, não só como acesso ao foco, mas também como forma de interrupção da carga de combustíveis.

4.1.1. Rede viária florestal (rvf)

A rede viária de florestal é composta por diversas vias de acesso, cuja finalidade é atender às necessidades de transporte de cargas e serviços, como também às atividades de prevenção e combate a incêndios florestais. Na medida em que constitui zonas de descontinuidade pode contribuir para a redução da intensidade e velocidade da frente de chama.

As áreas de exploração florestal deverão apresentar uma rede viária básica com boas condições de transitabilidade, de forma a permitir a implantação e manutenção dos povoamentos. A disposição desse traçado deverá admitir a inserção da rede viária complementar durante a chegada e locais de carregadouro. Assim sendo, o plano deverá assegurar as atividades produtivas, reduzindo os impactos ambientais decorrentes.

No Mapa da Rede Viária (Anexo VII) encontram-se representadas todas as vias de comunicação integradas na exploração e de acesso a esta, bem como os acessos disponíveis para o escoamento das matérias-primas e para os demais serviços fornecidos pela exploração.

De salientar que a rede viária florestal existente no interior da exploração é classificada, no PMDFCI da Lousã, como rede viária florestal constituída por caminhos de 1^a, 2^a e 3^a ordem.

4.1.2. Armazéns e outros edifícios associados à gestão

Existe, na área da exploração, um edifício, uma antiga “casa de guarda”, propriedade do Estado que se encontra em elevado estado de abandono.

4.1.3. Infra-estruturas DFCI

Faixas de Gestão de Combustível

De acordo com o PMDFCI da Lousã abrange a área da exploração um troço de rede primária de faixas de gestão de combustível e um mosaico de parcelas de gestão de combustível, como se pode verificar no Mapa de Infraestruturas DFCI, o qual constitui o anexo VIII.

Postos de Vigia

Não existem na área da exploração postos de vigia ou locais de estacionamento estratégico.

Pontos de Água

A área em estudo não apresenta qualquer Ponto de Água com as características necessárias para desempenhar funções de apoio ao restabelecimento de veículos de combate aos incêndios florestais.

4.1.4. Infraestruturas de apoio à gestão cinegética

Não existem, na exploração, infraestruturas de apoio à gestão cinegética.

4.1.5. Infraestruturas de Apoio à Silvopastorícia

Não existem, na exploração, infraestruturas de apoio à silvopastorícia.

4.1.6. Infra-estruturas de apoio ao recreio e turismo

Não existem, na exploração, infraestruturas de apoio ao recreio e turismo.

4.2. Caracterização socioeconómica da propriedade

4.2.1. Função de produção

A função de produção é definida como a contribuição dos espaços florestais para o bem-estar material das sociedades rurais e urbanas. Contempla a produção de madeira, produção de cortiça, produção de biomassa para energia, produção de frutos e sementes, produção de resinas naturais e produção de outros materiais vegetais e orgânicos.

Na exploração as áreas definidas com função de produção visam a produção de material lenhoso, as quais se representam no Mapa da Componente Produção (Anexo IX).

4.2.2. Função de proteção

A principal função da exploração é a proteção, contemplando a proteção da rede hidrográfica, proteção contra a erosão hídrica e cheias, mitigação das alterações climáticas e proteção contra incêndios.

O espaço florestal necessita estar compartimentado segundo diferentes classes de ocupação de solo, intercalando-se áreas de povoamento florestal com outras áreas, para que estas últimas também funcionem como barreiras e travem o fogo, impedindo a sua propagação às zonas adjacentes.

As áreas de proteção estão identificadas no Mapa da Componente Proteção (Anexo X).

4.2.3. Função de conservação

Estando a área da exploração em área Rede Natura 2000, e apesar de não se identificar a presença de habitats classificados nem a existência de espécies de fauna e flora protegidos, considera-se que áreas de proteção, identificadas no mapa da Componente Proteção, desempenham também funções de conservação.

4.2.4. Função de silvopastorícia, caça e pesca

Não se identificam, na exploração, área com função de silvopastorícia, caça e pesca.

Estando a exploração inserida em Zona de Caça Nacional e Zona de Caça Municipal do concelho da Lousã, é permitida a caça mediante licença do ICNF e da Louzancaça, respetivamente, no entanto, esta atividade não contribui para a economia da exploração.

4.2.5. Função de enquadramento paisagístico e recreio

A função de recreio e enquadramento paisagístico é também de extrema importância, como forma de aproximar a população da floresta. Quanto maior for o contacto das pessoas com a floresta maior será a perceção da importância desta, assim como as preocupações e cuidados a ter com ela. Além de que a presença humana nos espaços florestais representa uma forma de vigia para eventuais focos de incêndio florestal.

No entanto, atualmente esta função não apresenta relevância na exploração.

4.2.6. Evolução histórica da gestão

A exploração é uma área de baldio, submetida ao Regime Florestal, que esteve até à poucos anos em co-gestão com o ICNF. Atualmente, esta área está em gestão autónoma da responsabilidade da Freguesia de Lousã e Vilarinho.

B. MODELO DE EXPLORAÇÃO

1. CARACTERIZAÇÃO E OBJETIVOS DA EXPLORAÇÃO

1.1. Caracterização dos recursos

1.1.1. Caracterização geral

Com base no quadro 4, no qual se apresentam os usos do solo na exploração, pode-se concluir que esta apresenta um uso de solo maioritariamente de floresta.

Quadro 4 – Usos do solo na exploração

Uso do Solo	Área atual (ha)
Floresta	121,57
Matos	1,55
Pastagens	0
Improdutivos	0
Agricultura	0
Urbano	0
Zonas Húmidas	0
Total	123,12

1.1.2. Compartimentação da propriedade

A área da exploração foi dividida em três talhões com base na principal função das parcelas, como se pode observar no “Mapa de compartimentação”, o qual constitui o Anexo XI.

1.1.3. Definição e delimitação das parcelas

Definem-se e delimitam-se 12 parcelas tendo por base a função das áreas, objetivos e intervenções a realizar, as quais se representam no Mapa de Parcelas (Anexo XII) e resumem no quadro 5.

Quadro 5 – Parcelas de intervenção

Função	Talhão	Parcela	Ocupação	Área (ha)
Produção	1	1	Povoamento puro Pinus Nigra	3,26
		2	Povoamento puro Pinheiro bravo	13,70
		3	Povoamento puro Pinheiro manso	2,35
Proteção/ Conservação	2	4	Povoamento puro Castanheiro	8,55
		5	Povoamento puro Sobreiro	11,80
		6	Povoamento puro Carvalho Alvarinho	4,48
		7	Povoamento puro Carvalho Cerquinho	2,57
		8	Povoamento misto folhosas	3,66
		9	Povoamento misto folhosas	51,86
Proteção DFCI	3	10	Povoamento puro Carvalho Cerquinho	7,67
		11	Povoamento puro Pinus Nigra	1,28
		12	Rede Primária (FIC)	5,45
		13	Mosaico GC	2,49

Dentro do talhão 1, cujo objetivo principal é a produção, foram definidas 3 parcelas, sendo o parâmetro diferenciador a espécie principal.

O talhão 2, com seis parcelas, corresponde às áreas cujo objetivo principal é a proteção/conservação.

Constituído por quatro parcelas, o talhão 3 tem como objetivo a defesa da floresta contra incêndios.

1.1.4. Componente florestal

1.1.4.1. Caracterização das espécies florestais, habitats e povoamentos

A área de intervenção apresenta uma marcada presença da invasora lenhosa *acácia dealbata*, distribuída por todas as parcelas de intervenção definidas.

Atualmente a parcela 1 apresenta uma ocupação com povoamento de *pinus nigra*, as parcelas 2 a 7 apresentam-se ocupadas com povoamento de pinheiro bravo adulto, a parcela 8 com misto de folhosas e a parcela 9 com *acácia dealbata* dominando os dispersos medronheiros existentes.

1.1.4.2. Caracterização dos povoamentos (descrição parcelar)

Talhão 1 - Função produção

Parcela 1

A parcela 1 apresenta-se ocupada com povoamento puro de *pinus nigra* com 15-20 anos de idade, com origem em plantação.

O sub-coberto caracteriza-se pela presença marcada de urze, carqueja e muitas infestantes acácia dealbata.

Foi definida com o objetivo de manutenção do povoamento existente, uma vez que se apresenta em estado vigoroso.

Esta parcela, com uma área de 3,26 ha, em encosta e exposição dominante a Sul, situa-se entre os 800 e os 870 metros de altitude, apresenta um declive médio 15 - 25 %.

Parcela 2

A parcela 2 apresenta-se ocupada por povoamento puro de pinheiro bravo, adulto, com uma presença muito marcada da infestante *acácia dealbata*.

O sub-coberto caracteriza-se pela presença marcada de urze e carqueja.

Foi definida com o objetivo de reflorestação com pinheiro bravo (*pinus pinaster*), para a qual se preconiza a gradagem, mobilização de solo por ripagem e armação final de terreno em vala e câmoreo à curva de nível.

Esta parcela, com uma área de 13,7 ha, em encosta e exposição dominante a Sul, situa-se entre os 650 e os 800 metros de altitude, apresenta um declive médio 15 - 25 %.

Parcela 3

A parcela 3 encontra-se ocupada com *acácia dealbata*.

Foi definida com o objetivo de reflorestação com pinheiro manso (*pinus pinea*), para a qual se preconiza a mobilização de solo por ripagem e armação final de terreno em vala e câmoreo à curva de nível.

Esta parcela, com uma área de 2,35 ha, em encosta e exposição dominante a Sul, situa-se entre os 550 e os 600 metros de altitude, apresenta um declive médio 15 - 25 %.

Talhão 2 - Função proteção

Parcela 4

A parcela 4 apresenta-se ocupada por povoamento puro de pinheiro bravo adulto dominado pela presença de *acácia dealbata*.

Pretende-se nesta parcela efetuar uma reflorestação com castanheiro.

Esta parcela, com uma área de 8,55 ha, em encosta e exposição dominante a Sudoeste, situa-se entre os 650 e os 750 metros de altitude, apresenta um declive médio > 25 %.

Parcela 5

A parcela 5 também com uma ocupação atual de pinheiro bravo adulto e acácias foi definida com o objetivo de reflorestação para instalação de um povoamento puro de sobreiro.

Esta parcela, com uma área de 11,8 ha, em zona de viso e exposição dominante a Sudoeste, situa-se entre os 650 e os 750 metros de altitude, apresenta um declive médio > 25 %.

Parcela 6

A parcela 6, apresentando-se com uma ocupação de *acácia dealbata*, foi definida na envolvente a linha de água com o objetivo de reflorestação com povoamento puro de carvalho alvarinho.

Com uma área de 4,48 ha em duas manchas, preconiza-se com esta parcela a proteção às encostas da linha de água.

Parcela 7

A parcela 7 é constituída pela área entre a Rede Primária e o limite da propriedade, razão pela qual se preconiza também a instalação de carvalho cerquinho, dando assim alguma continuidade ao povoamento da parcela 10.

Parcela 8

Caraterizada pela faixa de proteção às linhas de água, nesta parcela verifica-se a presença de alguns exemplares adultos de faias e carvalhos.

Parcela 9

Definida na zona de maior declive da exploração, esta parcela com 51.86 ha apresenta uma ocupação dominada por acácias adultas e dominantes, com um banco de sementes bem acentuado.

Destaca-se a presença de exemplares de medronheiro com porte arbóreo os quais importa preservar.

Acompanhando a eliminação das infestantes preconiza-se um adensamento com medronheiro.

1.1.5. Componente DFCI

Talhão 3 – Defesa da Floresta Contra Incêndios

Parcela 10

Com uma ocupação atual de *acácia delbata* e alguns exemplares de eucalipto de grande porte esta área corresponde à FRC do troço de Rede Primária existente.

Preconiza-se a instalação de um povoamento puro de carvalho cerquinho, compatibilizando a existência de povoamento com a função da FGC.

Parcela 11

Esta parcela corresponde à área do povoamento de *pinus nigra* em Rede Primária, tendo sido definida com o objetivo de compatibilizar a presença do povoamento com a função da FGC.

Parcela 12

Corresponde á zona de FIC da Rede Primária existente no limite da exploração.

Parcela 13

Constituída pela parcela de Mosaico de Gestão de Combustíveis, está área apresenta uma ocupação de matos.

1.2. Definição dos objetivos da exploração

Os objetivos da exploração são o controlo das infestantes que atualmente dominam a ocupação da exploração, com a instalação de diversas espécies folhosas autóctones.

Pretende-se também a obtenção de algum rendimento intermédio, para o qual se definiram as parcelas de produção.

A definição dos objetivos de cada parcela é direcionada para o povoamento a fomentar e/ou instalar.

Nas propostas de preparação do terreno e mobilização do solo são consideradas a natureza dos solos, os declives e a espécie em causa. Sendo utilizadas na plantação plantas certificadas.

2. ADEQUAÇÃO AO PROF

As ações previstas no PGF, enquadradas nos modelos de silvicultura previstos, visam atingir os objetivos e metas do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral, especificamente da Sub-região homogénea Lousã e Açor.

Tal como previsto no PROF fomenta-se a expansão do sobreiro, carvalho alvarinho, medronheiro, carvalho cerquinho e castanheiro acompanhando a boa aptidão produtiva da região para estas espécies.

3. PROGRAMAS OPERACIONAIS

3.1. Zonamento funcional

Com base nas principais funções definidas para a propriedade, definem-se sete secções.

A secção 1, constituída pela parcela 1 com povoamento de pinheiro larício onde se aplica o modelo de silvicultura para povoamentos puros de pinheiro larício (*pinus nigra*), cujo principal objetivo é a produção de lenho; a secção 2, constituída pela parcela 2 com povoamento de Pinheiro bravo no qual se aplica o modelo de silvicultura para povoamentos puros de pinheiro bravo, cujo principal objetivo é a produção de lenho e a secção 3, constituída pela parcela 3 com povoamento puro de pinheiro manso no qual se aplica o modelo de silvicultura para povoamentos puros de pinheiro manso, cujo objetivo principal é a produção de lenho e fruto.

A secção 4, constituída pela parcela 4 com povoamento de castanheiro, no qual se aplica o modelo de silvicultura para povoamentos puros de castanheiro, em alto fuste, cujo principal objetivo é a produção lenho; a secção 5 constituída pela parcela 5 com povoamento de sobreiro, no qual se aplica o modelo de silvicultura para povoamentos puros de sobreiro, cujo principal objetivo é a produção de cortiça; a secção 6 constituída pela parcela 6 com povoamento de carvalho alvarinho, no qual se aplica o modelo de silvicultura para povoamentos puros de carvalho alvarinho, cujo principal objetivo é a produção de lenho; a secção 7 constituída pela parcela 7 com povoamento de carvalho cerquinho, no qual se aplica o modelo de silvicultura para povoamentos puros de carvalho cerquinho, cujo principal objetivo é a produção de lenho.

3.2. Programa de gestão da produção lenhosa

Secção 1

Aplicando-se o modelo de silvicultura para povoamentos puros de Pinheiro larício (*Pinus Nigra*), cujo objetivo principal é a produção de lenho, o modo de condução será apresentado no Quadro 6.

Quadro 6 – Modo de condução de pinheiro larício, cujo objetivo principal é a produção de lenho.

Intervenção	Momento da intervenção	Critério
Desbaste pelo baixo	Hdomde 12 cm	Densidade final de 1000 árvores/ha Remoção árvores mortas doentes e de pior qualidade
Desbaste pelo baixo	Hdomde 15 cm	Densidade final de 700 árvores/ha
Desbaste pelo baixo	Hdomde 18 cm	Densidade final de 500 árvores/ha
Desbaste pelo baixo	Hdomde 21 cm	Densidade final de 400 árvores/ha
Desbaste pelo baixo	Hdomde 24 cm	Densidade final de 300 árvores/ha
	Hdomde 25 -27 cm	Corte final

Operações propostas para o ano 0 do projeto:

Parcela 1 – Apresentando um bom desenvolvimento, o povoamento apresenta necessidade de intervenção com a realização de um desbaste pelo baixo, garantindo uma densidade média no povoamento que fica de 1000 árvores/ha, o que apesar de ser muito para a idade do povoamento, de acordo com o modelo de silvicultura, deve ser assegurado de forma a não provocar a queda das árvores que ficam por falta de sustentação.

Secção 2

Aplicando-se o modelo de silvicultura para povoamentos puros de Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), cujo objetivo principal é a produção de lenho, o modo de condução será apresentado no Quadro 7.

Não sendo o objetivo principal, preconiza-se também, nesta secção, a extração de resina.

Quadro 7 – Modo de condução de pinheiro bravo, cujo objetivo principal é a produção de lenho.

Intervenção	Momento da intervenção	Critério
Limpeza de matos	Entre o 1º e os 10 anos, em 2 a 3 intervenções	Na linha limpeza manual, com motorroçadora e na entre linha, limpeza mecânica com corta matos ou grade de discos
Limpeza de povoamento	Entre os 8 e 10 anos	Redução de densidade para 1000 – 1200 árvores/ha Remoção árvores mortas doentes e de pior qualidade
Desramação	Entre os 10 e 15 anos	Desramação, até aos 3-4 metros de altura, das árvores que atingirão o corte final, as que tenham DAP compreendido entre 10 e 15 cm.
1º desbaste	Entre os 15 e 20 anos	Desbaste seletivo pelo baixo com remoção de 20 a 40% das árvores
2º desbaste	Entre os 25 e 30 anos	Desbaste seletivo pelo baixo com remoção de 20 a 30% das árvores
3º desbaste	Entre os 35 e 40 anos	Desbaste seletivo pelo baixo com remoção de 20 a 30% das árvores
Corte Final	Entre os 40 e 45 anos	Corte raso

Operações propostas para o ano 0 do projeto:

Parcela 2 – As intervenções propostas para esta parcela são o corte do povoamento existente, o qual apresenta algum valor comercial.

Preconiza-se a realização de uma gradagem com recurso a um trator de rastos com potência adequada e suficiente equipado com uma grade de discos florestal (grade de discos de 2 corpos com 10 a 20 discos de 28" a 32" de diâmetro e um peso total superior a 3.000Kg) para corte, mistura e enterramento da vegetação herbácea e arbustiva existente, interferindo não só na parte aérea mas também ao nível do sistema radicular, mobilizando o solo superficialmente. Posteriormente realiza-se uma ripagem seguida de armação do terreno em vala e câmore, devendo a ripagem ser efetuada a 50cm de profundidade com recurso a um trator de rastos, com potência adequada e suficiente, e equipado com 3 dentes de ripper. A armação do terreno em vala e câmore é a preparação final do terreno realizada a 30-40 cm de profundidade com recurso a um trator de rastos equipado com uma charrua reversível, podendo esta ação ser realizada em simultâneo caso o trator de rastos esteja apetrechado com aivecas laterais nos dentes exteriores do ripper. A vala e câmore deverá ser armada em curva de nível e com espaçamento de 4m. A instalação será realizada ao compasso de 4x1,5, de modo a se estimular o crescimento em altura, a desramação natural dos pinheiros e possibilitar a mecanização das posteriores ações de controlo de vegetação espontânea na entrelinha. Será efetuada uma adubação de fundo localizada na proporção de 30 g/planta.

Dada a elevada presença de acácias no povoamento pré existente é espectável que se verifique alguma rebentação de raiz e do banco de semente existente no solo, pelo que, se se verificar necessário deve efetuar-se o controlo de invasoras pelos métodos de arranque manual e/ou pulverização de forma localizada.

Secção 3

Aplicando-se o modelo de silvicultura para povoamentos puros de Pinheiro manso (*Pinus pinea*), cujo objetivo principal é a produção de lenho e fruto, o modo de condução será apresentado no Quadro 8.

Quadro 8 – Modo de condução de pinheiro manso, cujo objetivo principal é a produção de lenho e fruto.

Intervenção	Momento da intervenção	Critério
2 a 3 limpezas de matos: manualmente nas linhas de plantação	Entre a retanCHA e os 10 anos	Quando a vegetação espontânea entra em concorrência com as jovens plantas Quando o estrato arbustivo entra em contato com a parte inferior da copa
1ª desramação	Entre os 8 e os 12 anos	A efetuar sobre o fuste, removendo apenas os do terço inicial do tronco
1º desbaste: remover 20% das árvores	Entre os 15 e os 20 anos	Desbaste seletivo pelo baixo. Realizar quando houver contato entre as copas.
2º desbaste: remover 20% das árvores	Entre os 20 e os 25 anos	Desbaste seletivo pelo baixo. Realizar quando houver contato entre as copas.
2ª desramação/1ª poda		A efetuar sobre o fuste e a copa. Remover os ramos do terço inicial do tronco. Nas árvores em frutificação cortar os ramos inferiores, que não produzem flores femininas.
3º desbaste: remover 20% das árvores	Entre os 25 e os 30 anos	Desbaste seletivo pelo baixo. Realizar quando houver contato entre as copas.
4º desbaste: remover 20% das árvores	Entre os 35 e os 40 anos	Desbaste seletivo pelo baixo. Realizar quando houver contato entre as copas. A densidade final deverá ser de 200 a 250 árv./ha
2ª poda		Cortar os ramos que não produzem flores femininas.
3ª poda	Entre os 50 e os 60 anos	Cortar os ramos que não produzem flores femininas.
Corte final	Entre os 80 e os 100 anos	

Operações propostas para o ano 0 do projeto:

Parcela 3 – As intervenções propostas para esta parcela são o corte do povoamento existente, o qual apresenta algum valor comercial.

Preconiza-se a realização de uma gradagem com recurso a um trator de rastos com potência adequada e suficiente, equipado com uma grade de discos florestal (grade de discos de 2 corpos com 10 a 20 discos de 28" a 32" de diâmetro e um peso total superior a 3.000Kg) para corte, mistura e enterramento da vegetação herbácea e arbustiva existente, interferindo não só na parte aérea mas também ao nível do sistema radicular, mobilizando o solo superficialmente. Posteriormente realiza-se uma ripagem seguida de armação do terreno em vala e câmor, devendo a ripagem ser efetuada a 50cm de profundidade com recurso a um trator de rastos, com potência adequada e suficiente, e equipado com 3 dentes de ripper. A armação do terreno em vala e câmor é a preparação final do terreno realizada a 30-40 cm de profundidade com recurso

a um trator de rastos equipado com uma charrua reversível, podendo esta ação ser realizada em simultâneo caso o trator de rastos esteja apetrechado com aivecas laterais nos dentes exteriores do ripper. A vala e câmoros deverá ser armada em curva de nível e com espaçamento de 4m.

A instalação será realizada ao compasso de 3x3 conferindo uma densidade inicial ao povoamento de 1100 árvores/ha. Será efetuada uma adubação de fundo localizada na proporção de 30 g/planta.

Dada a elevada presença de acácias no povoamento pré existente é espectável que se verifique alguma rebentação de raiz e do banco de semente existente no solo, pelo que, se se verificar necessário deve efetuar-se o controlo de invasoras pelos métodos de arranque manual e/ou pulverização de forma localizada.

Secção 4

Aplicando-se o modelo de silvicultura para povoamentos puros de Castanheiro (*Castanea sativa*), em alto fuste, cujo objetivo principal é a produção de lenho, o modo de condução será apresentado no Quadro 9.

Quadro 9 – Modo de condução de castanheiro, em alto fuste, cujo objetivo principal é a produção de lenho.

Intervenção	Momento da intervenção	Critério
Limpeza da vegetação espontânea	. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência com as jovens plantas	Tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Realizar manualmente nas linhas de plantação, antes da rebentação.
Limpeza de mato	Sempre que haja perigo de abafamento das jovens plantas	Realizar nas linhas, manualmente e de forma seletiva
Rolagem	Entre os 5 e o 6 anos	A realizar seletivamente sobre as plantas mal conformadas, com porte arbustivo, quando o sistema radicular estiver devidamente instalado e antes da rebentação primaveril.
Desramação	Entre os 10 e 23 anos	2 a 4 passagens sucessivas em intervalos de 2 a 4 anos. A altura a desramar nunca deverá ser superior a 1/3 da altura total da árvore.
1º desbaste	Entre os 11-12 metros de altura total	Desbaste seletivo pelo alto misto. Retirar aproximadamente 20 a 30% das árvores em pé.
2º desbaste	Entre os 14-16 metros de altura total	Desbaste seletivo pelo alto misto. Retirar aproximadamente 40% das árvores em pé.
3º desbaste	Entre os 18-20 metros de altura total	Desbaste seletivo pelo alto misto. Retirar aproximadamente 30% das árvores em pé.
4º desbaste	Entre os 20-24 metros de altura total	Desbaste seletivo pelo alto misto. Retirar aproximadamente 30% das árvores em pé.
Corte final	Entre os 24-26 metros de altura total	O povoamento deverá ter uma densidade compreendida entre 170 e 200 árvores/ha

Secção 5

Aplicando-se o modelo de silvicultura para povoamentos puros de Sobreiro (*Quercus suber*), cujo objetivo principal é a produção de cortiça, o modo de condução será apresentado no Quadro 10.

Quadro 10 – Modo de condução de sobreiro, cujo objetivo principal é a produção de cortiça.

Intervenção	Momento da intervenção	Critério
Controlo da Vegetação	A partir do 2 ano	Sempre que haja perigo de abafamento das jovens plantas e quando a vegetação entra em concorrência diretamente com as jovens plantas.
1º desramação	Entre os 4 e 9 anos	A altura a desramar nunca deverá ser superior a 1/3 da altura total da árvore.
1º Desbaste	Entre os 10 e os 15 anos	Retirar primeiramente as árvores defeituosas e, em seguida, todas as necessárias para se reduzir a densidade em 30%.
2º desramação	Entre os 10 e os 15 anos	A altura a desramar nunca deverá ser superior a 1/3 da altura total da árvore. Efetuar após o 1º desbaste.
Desbóia	Entre os 25 e os 35 anos	O perímetro mínimo do tronco a 1,30m do solo é de 70 cm e a altura máxima a descortiar não pode exceder duas vezes o valor daquele perímetro.
Poda de formação/ 3º desramação	Entre os 28 e os 38 anos	Remover todos os ramos laterais até uma altura de 3m, não retirando nessa operação mais de 30% da copa viva.
2º desbaste	Entre 31 e os 41 anos	Fazer a seleção das árvores de futuro e a remoção de 25% das árvores em pé. A área de coberto após desbastes deverá ser de 40 a 60%.
2º descortçamento	Entre os 34 e os 45 anos	Respeitar as alturas máximas de descortçamento fixadas pela legislação em vigor.
Desbastes	Repetir este procedimento entre os 37 e os 48; 46 e os 58; 64 e os 78 anos.	Remoção de 20 a 30% das árvores em pé. A área de coberto das copas após desbaste deverá ser de 40 a 60%.
Podas de manutenção	A partir dos 40 anos	Efetuar sempre que necessário e nunca nos 3 anos imediatamente anteriores ou posteriores ao descortçamento. Não retirar mais de 30% da copa viva.
Corte Final	Entre os 110 e os 130 anos	Corte raso, com o cuidado de não danificar a regeneração natural.

Secção 6

Aplicando-se o modelo de silvicultura para povoamentos puros de carvalho alvarinho (*Quercus robur*), cujo objetivo principal é a produção de lenho, o modo de condução será apresentado no Quadro 11.

Quadro 11 – Modo de condução de carvalho alvarinho, cujo objetivo principal é a produção de lenho.

Intervenção	Momento da intervenção	Critério
Plantação		É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intraespecífica precoce. Permite a utilização de plantas selecionadas. No outono, após as primeiras chuvas. Densidade inicial: 800 a 1600 árvores por hectare.
Controlo da Vegetação	Entre o 2º e o 4º ano e novamente entre 10-15 anos	Sempre que haja perigo de abafamento das jovens plantas e quando a vegetação entra em concorrência diretamente com as jovens plantas.
Poda de formação	Entre os 4 e os 6 anos	A realizar nas plantas mais vigorosas e melhor conformadas, bem distribuídas no povoamento.
Desramação das melhores árvores até cerca de 300/ha	Entre os 10 e os 15 anos	Suprimem-se os ramos de baixo para cima. A altura a desramar nunca deverá ser superior a 1/3 – ½ da altura total da árvore.
1º Desbaste: retirar aproximadamente 15-25%	Entre os 10-12 m de altura total (idade provável: 13-22 anos)	Desbaste seletivo pelo alto misto. Quando existe contacto das copas.
2º Desbaste: retirar aproximadamente 25-30%	Entre os 13-16 m de altura- total (idade provável: 25-29)	Desbaste seletivo pelo alto misto. Quando existe contacto das copas.
3º Desbaste: retirar aproximadamente 30%	Entre os 18-24 m de altura total (idade provável: 35-40 anos)	Desbaste seletivo pelo baixo. Não danificar a regeneração natural.
Corte Final. Deverá ter uma densidade entre 60/80 árvores/ha	Idade provável: 118 a 122 anos	Corte raso, com o cuidado de não danificar a regeneração natural.

Secção 7

Aplicando-se o modelo de silvicultura para povoamentos puros de carvalho cerquinho (*Quercus faginea*), cujo objetivo principal é a produção de lenho, o modo de condução será apresentado no Quadro 12.

Quadro 12 – Modo de condução de carvalho cerquinho, cujo objetivo principal é a produção de lenho.

Intervenção	Momento da intervenção	Critério
Plantação		É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intra-específica precoce. Permite a utilização de plantas selecionadas. No outono, após as primeiras chuvas. Densidade inicial: entre 800 e 1100 árvores por hectare.
Limpeza de mato	Entre 1 a 6 m de altura total	quando a vegetação infestante entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Realizar manualmente, nas linhas de plantação
Limpeza do povoamento	Entre 3 a 6 m de altura total.	Realizada com o objetivo de reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento.
Poda de formação	1ª quando as árvores têm entre 1,5 e 2 m de altura 2ª quando as árvores têm cerca de 3 m.	A realizar nas plantas mais vigorosas e melhor conformadas, bem distribuídas no povoamento, até um máximo de 400 por hectare.
Desramação	Altura média entre os 3 e os 12 metros	Aplicar após uma pré-seleção das árvores de futuro, no máximo de 300 por hectare, com o objetivo de melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho limpo. Suprimem-se os ramos de baixo para cima em 3 operações sucessivas, espaçadas no tempo. A altura a desramar nunca deverá ser superior a 1/3 a 1/2 da altura total.
Desbaste	Devem iniciar-se cerca dos 20 anos e repetir-se a intervalos de cerca de 10 anos, eventualmente mais espaçados a partir dos 60 anos.	Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores. Os primeiros desbastes deverão ser desbastes seletivos pelo alto mistos, retirando 15 a 25% das árvores no primeiro e 25 a 30% nos seguintes. Mais tarde deverão ser desbastes seletivos pelo baixo, com a preocupação de não danificar os indivíduos provenientes da regeneração natural, conduzindo o povoamento para uma densidade final de 70 a 90 árvores por hectare.
Corte final	entre os 100 e os 120 anos de idade	

3.3. Programa de gestão do aproveitamento dos recursos não lenhosos e outros serviços associados

Secção 8

Constituída pela parcela 8, cujo principal objetivo é a proteção às linhas de água e a parcela 9, cujo objetivo principal é a proteção de encostas, as ações preconizadas são o controlo moto-manual da vegetação espontânea, em faixas ou localizado e aproveitamento de regeneração natural com adensamento, sempre que se verifique necessário.

3.4. Programa de infra-estruturas

As infra-estruturas da responsabilidade do proprietário são a rede viária e rede divisional integradas na exploração.

A rede viária é composta por caminhos florestais, estradões e trilhos, sendo que os caminhos florestais dão passagem durante todo o ano a todo o tipo de veículos, nos estradões a circulação é limitada aos veículos de todo terreno, tendo estes a função de servir de apoio às operações e de compartimentação da floresta e os trilhos são vias de existência efémera, destinadas à passagem exclusiva de tratores e máquinas florestais.

Das muitas funções da rede viária destaca-se:

- Facilitar a deslocação dentro da área do povoamento aquando da sua instalação, condução e exploração;
- Rápido deslocamento dos meios de combate aos incêndios florestais, não só à zona de fogo mas também aos pontos de reabastecimento de água, combustível, etc.
- Permitir a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre, em complemento a rede de vigilância fixa.

Visto a rede de infraestruturas existentes ser suficiente, realizar-se-á a sua manutenção.

Sendo as infra-estruturas um fator determinante quer em termos de combate ao fogo quer em termos de passagem de pessoas e veículos para os povoamentos florestais, podendo ainda ser encarada como faixa de descontinuidade horizontal e vertical, é indispensável a sua beneficiação / manutenção.

As operações a efetuar a nível de infra-estruturas passam sobretudo e de uma forma geral pelos seguintes tópicos:

- Garantir um eficiente sistema de drenagem nas vias;
- Evitar que as vias terminem de forma a não permitir a manobra de inversão de marcha;
- Assegurar faixas de rodagem com largura suficiente para permitir a circulação de qualquer veículo de transporte, inclusive meios de combate ao fogo, com uma largura média, não inferior, a 3,5 metros;

- Limpeza da vegetação coincidente com a faixa de rodagem, permitindo a perfeita passagem de veículos e o correto escoamento das águas;
- Desobstruir os caminhos que se encontram em situação de não permitir a ligação a outros devido à existência de barreiras de diversas naturezas, ou quando tal não for possível deverá haver sinalização de tal impedimento;
- Regularizar e homogeneizar a plataforma das vias, tornando o seu piso adequado, de forma a desempenhar importantes funções na mobilidade dos meios de combate e de presença humana, e constituindo, desta forma, faixas de descontinuidade horizontal;
- Construir os caminhos florestais considerados necessários para garantir uma correta acessibilidade aos povoamentos;

3.5. Operações silvícolas mínimas

De acordo com o PMDFCI do concelho da Lousã, verifica-se na exploração, a existência de Rede Primária e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis, cuja responsabilidade de execução é do ICNF.

Assim, as ações silvícolas mínimas serão garantidas com a gestão do povoamento, o controlo de matos e a manutenção das infra-estruturas.

3.6. Gestão florestal preconizada

Nos quadros 13 a 20 é apresentada a calendarização das ações a executar nas diferentes parcelas de cada secção.

Quadro 13 – Calendarização das ações para a secção 1.

Ano	Intervenção	Idade do povoamento	Parcela
2024	Desbaste	30 anos	Parcela 1
2030	Desbaste	36	
2040	Desbaste	46	
2050	Corte final	56 anos	

Quadro 14 – Calendarização das ações para a secção 2.

Ano	Intervenção	Idade do povoamento	Parcela
2024	Plantação	0 anos	Parcela 2
2027	Limpeza de matos	3 anos	
2034	Limpeza de matos	10 anos	
	Limpeza de povoamento		
	Desramação		
2042	1º Desbaste	18 anos	
2052	2º Desbaste	28 anos	
2062	3º Desbaste	38 anos	
2069	Corte final	45 anos	

Quadro 15 – Calendarização das ações para a secção 3.

Ano	Intervenção	Idade do povoamento	Parcela
2025	Plantação	0 anos	Parcela 3
2028	Limpeza de matos	3 anos	
2035	Limpeza de matos	10 anos	
	Limpeza de povoamento		
	Desramação		
2043	1º Desbaste	18 anos	
	2ª Desramação		
	1ª poda		
2053	2º Desbaste	28 anos	
2063	3º Desbaste	38 anos	

Quadro 16 – Calendarização das ações para a secção 4.

Ano	Intervenção	Idade do povoamento	Parcela
2025	Plantação	0 anos	Parcela 4
2028	Limpeza de matos	3 anos	
2035	Limpeza de matos	10 anos	
	Desramação		
2043	1º Desbaste	18 anos	
2053	2º Desbaste	28 anos	
2063	3º Desbaste	38 anos	

Quadro 17 – Calendarização das ações para a secção 5.

Ano	Intervenção	Idade do povoamento	Parcela
2025	Plantação	0 anos	Parcela 5
2028	Limpeza de matos	3 anos	
2030	Limpeza de matos	5 anos	
	1ª Desramação		
2035	1º Desbaste	10 anos	
	2ª Desramação		
2050	Desbóia	25 anos	
2055	Poda de formação/ 3º desramação	30 anos	
2059	2º Descortiçamento	34 anos	
2060	2º Desbaste	35 anos	

Quadro 18 – Calendarização das ações para a secção 6.

Ano	Intervenção	Idade do povoamento	Parcela
2025	Plantação	0 anos	Parcela 6
2028	Limpeza de matos	3 anos	
2030	Poda de formação	5 anos	
2035	Limpeza de matos	10 anos	
	Desramação		
2045	1º Desbaste	20 anos	
2055	2º Desbaste	30 anos	
2065	3º Desbaste	40anos	

Quadro 19 – Calendarização das ações para a secção 7.

Ano	Intervenção	Idade do povoamento	Parcela
2025	Plantação	0 anos	Parcela 7
2028	Limpeza de matos	3 anos	
2030	Poda de formação	5 anos	
2035	Limpeza de matos	10 anos	
	Desramação		

Quadro 20 – Calendarização das ações para a secção 8.

Ano	Intervenção	Parcela
2025	Controlo manual ou moto-manual da vegetação espontânea, em faixas ou localizado	Parcela 8 e 9
	Controlo de invasoras	
2030	Controlo manual ou moto-manual da vegetação espontânea, em faixas ou localizado	